COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº, de 2017

(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Requer realização de audiência pública para debater a decisão do STF que declarou constitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural

Senhor Presidente,

Diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), adotada no último dia 30 de março, que declarou constitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural - do empregador rural pessoa física, requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública emergencial para debater e avaliar a decisão da Suprema Corte, bem como, buscar o apoio deste colegiado e dos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA - para aprovar o projeto de lei de minha autoria – PL 848/11 – que impõe o fim da cobrança dessa contribuição.

Com a mudança neste entendimento, validando essa cobrança desde 2001, estima-se que o passivo dessa conta, em decorrência de decisão do próprio STF, supere R\$ 7 bilhões. O produtor rural não pode e não deve para esta conta.

Sugiro sejam convidados para participar deste debate os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, da Fazenda, Henrique Meirelles, o presidente da Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuaristas e Produtores da Terra – Andaterra – Sérgio Pitt, o advogado especialista no tema, Neri Perin; a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; a Associação de Produtores de Soja – Aprosoja; a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa; os sindicatos rurais de Santiago/RS e de Passo Fundo/RS; a Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA – e outros nomes e entidades que possam ser sugeridos por este plenário.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 2017

LUIS CARLOS HEINZE